

LUTA, RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: o MST na Paraíba

Mara Edilara Batista de Oliveira¹
edilaramara@gmail.com

María Franco García²
mmartillo@gmail.com

Resumo: O artigo apresenta uma análise sobre o problema referente ao descompasso educativo, histórico e espacial, das famílias trabalhadoras rurais e sem-terra na Paraíba. O objetivo central é analisar a proposta educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a sua relação com a formação territorial do Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari, na região da Mata Paraibana. O acesso a uma educação pública de qualidade é um direito garantido pela Constituição brasileira e fundamento de qualquer projeto de desenvolvimento. Acreditando nisso o MST, junto a outros movimentos sociais de luta pela terra e a Reforma Agrária no país, traçaram uma proposta educativa diferenciada, que leva em consideração o papel histórico desses sujeitos. A Escola Zumbi dos Palmares, do assentamento do MST Zumbi dos Palmares no município de Mari, na Zona da Mata paraibana, vem tentando contribuir com a proposta da educação do/no campo.

Palavras-chaves: Educação do Campo. MST. Luta pela terra. Reforma Agrária. Assentamento rural. Geografia.

STRUGGLE, RESISTANCE AND EDUCATION FOR THE LAND: the landless movement in PARAIBA(BRAZIL)

Abstract: The article presents an analysis upon the problem of the disorder in educational, historical and spatial of the agricultural laborers families and landless. The main purpose is to analyse the educational proposal of the MST and its relation to the territorial origin at the Zumbi dos Palmares settlement, situated in the municipal district of Mari, in the Mata Paraibana area. The entrance to a quality public education is an assurable right by brazilian Constitution and a principle of any development project. Believing on its that the MST, near by other social movement of land conflict, worked out a distinguished educational proposal which takes in consideration the historical paper of these citizens. The Zumbi dos Palmares School, of the studied settlement, is trying to contribute to the education in/on the country.

Key-words: Education in the country. MST. Land conflict. Land reform. Settlement of agricultural laborers. Geography.

Introdução

O estudo geográfico dos assentamentos de luta pela terra e pela Reforma Agrária pode vir a contribuir com a luta travada pelas famílias que vivem e trabalham

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB.

² Professora PRODOC/Capes do PPGG/UFPB.

no campo após a conquista de um pedaço de chão³. Com esse intuito apresentamos neste artigo os resultados da pesquisa desenvolvida durante o trabalho de conclusão do curso de Geografia da UFPB⁴ que teve como objetivo apreender a proposta educativa do MST e a sua relação com o processo de formação territorial do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari na região da Mata Paraibana.

O estudo dos movimentos sociais é abordado por diversas ciências para as que o conceito transforma-se bem no seu próprio objeto de pesquisa, bem em uma categoria de análise importante para a mesma. Os principais referenciais teóricos advêm da Sociologia e remetem ao entendimento dos movimentos sociais como expressões ou formas de organização que adotam as sociedades ao longo do tempo.

Essas formas temporais, por serem sociais, possuem uma dimensão espacial. O estudo dos significados e sentidos espaciais que os movimentos sociais têm, ou seja, os processos de espacialização e a territorialização das suas lutas, são questões importantes para os geógrafos (FERNANDES, 2001)

Na geografia agrária brasileira tem-se travado um rico debate em torno da concepção do movimento social como uma categoria geográfica. Aliás, podemos afirmar que a cada dia a pesquisa da Geografia dos Movimentos Sociais no Campo se amplia, reflexo da necessidade de acompanhar a dinâmica territorial destes sujeitos coletivos e analisar as novas territorialidades que eles constroem. Entendemos neste estudo tais movimentos como *movimentos territoriais*, concordando com Franco (2004) que se contrapõe a noção de “*movimento sócio-territorial*” elaborado por Fernandes (2000). A autora ainda afirma:

Tal análise de modo algum diverge da apreciação de Fernandes que entende o MST para além de um movimento de massas. Aliás concordamos plenamente com ele ao afirmar que as referências do movimento social das que dispomos são insuficientes para pensá-lo. [...] Sob a denominação de movimento territorial entendemos aquele que na sua estrutura, organização e consecução depende sobretudo

³ Parafraseando a obra de MOREIRA, E. R. F. Por um Pedaço de Chão. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1997. v. 2. 894 p.

⁴ OLIVEIRA, M. E. B. de. **Geografia do MST na Paraíba**: a luta por uma educação do /no campo no processo de territorialização do Assentamento Zumbi dos Palmares. Monografia (Geografia), UFPB, João Pessoa, 2007.

da apropriação simbólica, ou não, do território. O que significa entender o território como um espaço, ao mesmo tempo, de apropriação e reprodução concreta e simbólica. Entendemos que o novo conceito de “movimento sócio-territorial” esvazia o significado político do espaço singularizado no conceito território (FRANCO, 2004, p. 20).

A premissa da que partimos no nosso estudo é a concepção do MST como um movimento social que constrói estruturas, desenvolve processos, organiza e domina territórios. Estamos procurando compreendê-lo a partir da sua singularidade expressa no Assentamento rural Zumbi dos Palmares, através de suas formas de organização assim como também pelos processos que desenvolve dentro e fora dessa comunidade, pelos espaços diferenciados de luta e resistência que constrói no próprio assentamento e pelo território que domina.

Para isso partimos da análise da sua principal ferramenta de luta: a ocupação da terra, a apropriação do espaço. Esta é a primeira ação de muitos dos movimentos que lutam pela terra e a materialização da resistência à exploração e expropriação dos trabalhadores (LIMA, 2006). Nossa proposta no momento é resgatar a história de luta e resistência na terra, com ênfase ao estado da Paraíba, para a partir de aí podermos compreender a proposta educacional do Movimento no Assentamento rural Zumbi dos Palmares, no município de Mari e *locus* de nossa pesquisa.

O surgimento do MST na Paraíba

Desde o processo que levou a sua fundação o MST define-se como uma forma de organização da classe trabalhadora no campo. Seguindo esse princípio de organização, os sem-terra vivenciaram diferentes experiências na construção do Movimento na Paraíba, em função das diferenças regionais dentro do estado. Como em grande parte do Nordeste, os trabalhadores e trabalhadoras organizados sob a sua bandeira encontraram fortes resistências para a se constituir enquanto um movimento social no campo.

A primeira ocupação de terras feita pelo MST na Paraíba foi no dia 7 de abril de 1989, quando cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais, oriundas de nove municípios da região do Brejo Paraibano, ocuparam a Fazenda Sapucaia, de propriedade do fazendeiro Camilo Oliver Cruz, com 2.400 ha, no município de Bananeiras. A fazenda era uma área de antigos conflitos de terra onde viviam em torno de 40 famílias de assalariados agrícolas em disputa permanente com o fazendeiro, reivindicando o uso da terra para o desenvolvimento de agricultura familiar e de subsistência já que, segundo o MST, a fazenda era improdutiva. Os trabalhadores foram despejados de forma violenta, porém permaneceram acampados próximos à área até o dia 3 de setembro do mesmo ano. Em função da falta intervenção do Governo em termos de desapropriação da área, as famílias juntaram-se a outras, totalizando o número de 320 famílias e ocuparam a Fazenda Maniçoba, no município de Esperança, onde permaneceram acampadas por um longo período, aguardando a emissão de posse da área (LAZARETTI, 2007).

Desde 1985, após o Primeiro Congresso do MST, realizado em Curitiba, Paraná, no que participaram 25 lavradores do estado da Paraíba houve a disposição dos mesmos de fundar o Movimento (FERNANDES, 1999).

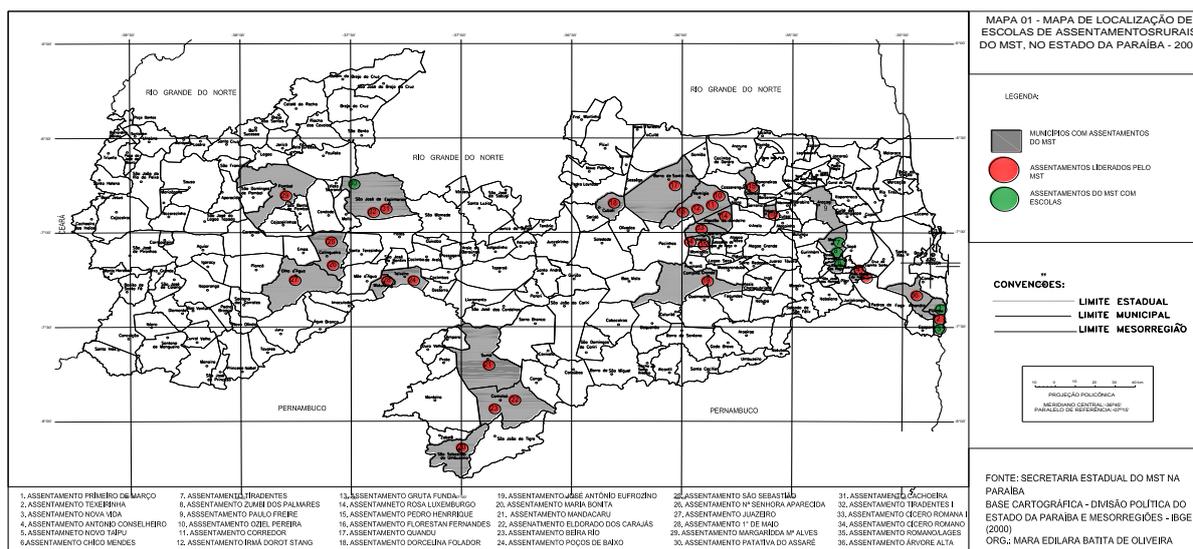
Entre 1986 e 1987 várias foram as discussões a respeito da articulação dos sem-terra com sindicatos e trabalhadores rurais, dessas articulações criou-se a secretaria estadual do movimento (LAZARETTI, 2007).

No ano seguinte o MST realizou cursos de formação e articulação de base em diversos municípios do estado, entre eles: Píripirituba, Guarabira, Cuitegi, Lagoa de Dentro, Mari, Alagoinha, Alagoa Grande, Araçagi, Bananeiras e Jacaraú. De 1991 em diante o MST-PB colocou-se, em termos de ação e mobilização, dentro da agenda do Movimento em nível nacional priorizando, entre outras coisas, o trabalho de formação de lideranças e o desenvolvimento de novas técnicas educacionais junto aos trabalhadores, a grande maioria deles analfabetos e semi-analfabetos.

No Litoral da Paraíba o MST surge em Janeiro de 1993, sob a coordenação de Nilza Pessoa e Jaime Amorim, e alguns militantes de Pernambuco, que articulavam as terras do Abiá. Como afirma Pereira (2005):

Constata-se nesse período de acampamento uma presença contínua da militância do MST junto aos acampados, dialogando, orientando com firmeza e responsabilidade. O diálogo com base na Pedagogia Libertadora se fez presente entre o MST e os acampados. A luta pela conquista da terra iluminava todos os outros objetivos, uma militância vinculada às bases alimentada por uma mística e uma utopia (PEREIRA, 2005, p. 139).

Em pesquisa realizada durante o ano de 2007, segundo dados levantados na Secretaria Estadual do MST – Paraíba, existem no estado 36 assentamentos liderados pelo MST. Desses 36 apenas seis possuem escolas dentro do próprio assentamento. Todas elas são coordenadas pelas Secretarias Municipais junto com o MST. No MAPA 01 observamos que a maior concentração de assentamentos liderados pelo MST está localizada na região central do estado. Esta região é conhecida como o Agreste Paraibano, região que historicamente se destaca na organização da classe trabalhadora e dos camponeses na luta pela terra e a Reforma agrária na Paraíba. Em seguida a Zona da Mata, região litorânea do estado, concentra nove assentamentos do MST, sendo que cinco deles contam com escola própria. Este dado é significativo se comparamos a situação dos restantes assentamentos do Movimento em todo o estado, já que tão só existe uma escola do/no campo em área de assentamento fora desta região, que está localizada na região do Sertão, no interior do estado, no município de Patos. O fato dessa diferente distribuição espacial das escolas do MST no estado nos chama a atenção, especialmente quando nos remetemos ao processo de territorialização do Movimento na Paraíba, o qual se inicia no Agreste, porém só se consolida quando o MST ocupa a região do litoral Sul do estado.



Estrutura e organização do MST na Paraíba

A direção estadual do MST na Paraíba é composta por um ou dois representantes de cada uma das direções das brigadas regionais e por um ou dois representantes de cada um dos setores de ação nos que se divide e organiza o Movimento. A organização espacial em brigadas regionais é recente e remete a uma nova concepção do espaço, como estratégia de luta e resistência do MST. Uma brigada regional comporta aproximadamente 300 famílias. O objetivo de organizá-las territorialmente a partir dessa escala de ação se justifica, segundo o MST (OLIVEIRA, 2007), ante a necessidade de facilitar o fluxo de informações entre as diversas instâncias e a necessidade de ampliar a participação dos assentados e acampados no processo de construção do próprio Movimento no estado. Atualmente o MST-PB se configura em nove brigadas cuja direção é composta por um ou dois representantes da Coordenação de cada um dos assentamentos/acampamentos no estado e por um ou dois representante de cada Setor de atuação.

Nos assentamentos e acampamentos as Coordenações são formadas pelos representantes dos Núcleos de Base. Cada Núcleo reúne dez famílias assentadas/acampadas. Existem também, nesses espaços, os representantes de cada um dos Setores de atuação, pois eles estão presentes em cada uma das instâncias organizacionais nas que se estrutura o MST.

O Assentamento Zumbi dos Palmares pertence á Brigada regional de João Pedro Teixeira, localizada na região da Zona da Mata. Essa brigada engloba os municípios de Araçagi, Riachão do Poço, São Miguel de Taipú e Mari.

MARI: a formação territorial de um município agrícola da Zona da Mata⁵

⁵ O Estado da Paraíba segundo o IBGE está dividindo em quatro mesorregiões geográficas, a mesorregião da Zona da Mata Paraibana constitui na região que cobre todo o litoral do Estado

A estrada de ferro foi responsável pela colonização do local onde hoje se encontra a cidade de Mari. Antes de se constituir uma cidade em 1958, chamava-se Araçá pela quantidade de fruteiras dessa espécie que ali existiam. No local, os engenheiros ingleses construíram uma estação ferroviária que passou a ser o marco inicial para a edificação da futura cidade.

Esses acontecimentos ocorreram por volta do ano de 1873. Nos anos de 1900 foram construídas as primeiras casas e rapidamente o núcleo apresentou um aspecto de povoado. Em 1946 Manoel de Paula Magalhães e José Leão de Oliveira, dois fazendeiros locais, implantaram a cultura do fumo, se consolidando desde então como a principal produção da região e agudizando a concentração de terras e capitais pelos latifundiários.

O povoado foi municipalizado em 1958 quando recebeu o nome de Mari. Este nome provinha de uma das grandes fazendas do antigo povoado. Desde esse momento o município de Mari passou a compor a microrregião de Sapé na zona da Mata Paraibana. Um município relativamente pequeno em relação aos seus vizinhos, com uma área é de 155 km², e uma organização do seu espaço agrário fundada na grande propriedade latifundiária e na exploração da agricultura. Segundo dados do IBGE de 2006 o município conta com uma população de aproximadamente de 20.634 habitantes, sendo 17.420 urbana.

Desde a fundação da cidade foram várias as culturas exploradas na região, como: o fumo, que inicia a exploração das terras; o abacaxi, que aparece depois do fumo e converte o município no segundo maior produtor do país perdendo apenas para Sapé; e desde a década de 80 até a atualidade, com a queda das plantações de abacaxi, a mandioca ocupa uma área de 3.500 hectares, sendo o principal produto cultivado (OLIVEIRA, 2007). Segundo a EMATER local, a cultura que também avança no município é a cana-de-açúcar, que hoje já ultrapassa os 1.000 hectares. Um dos maiores produtores da região é o vice-prefeito da cidade,

adentrado ao interior abrangendo áreas de depressão sublitorânea, brejo e encostas da subida do Planalto da Borborema, entre outras especificidades (IBGE, 2007).

Antônio Gomes da Silva, que possui uma fazenda com uma área superior a 1.000 hectares de mandioca (OLIVEIRA, 2007).

O chefe do escritório da EMATER local traça o perfil agrícola do município da seguinte forma:

As outras culturas que até então eram predominante no município como é a cultura do abacaxi, está em decadência, nós temos hoje 100 hectares, coisa que anteriormente era 2.100 hectares, isso na década de 70 até aproximadamente a década de 90. As outras culturas também decaíram, como por exemplo o inhame que ocupava aqui uma área de aproximadamente 600 hectares agora está na faixa e 250 hectares, a cultura também do fumo mas ainda hoje temos em faixa uns 100 hectares tem também o plantio da batata de uns 150 hectares as outras são menos de 100. (OLIVEIRA, 2007, p. 48)

A estrutura fundiária historicamente nos remete á alta concentração de terras e a superexploração dos trabalhadores rurais na monocultura de diferentes culturas ao longo dos anos. A emergência dos assentamentos rurais no município se apresenta criando novas territorialidades que quebram a lógica espacial até o momento estabelecida, pelo menos em frações determinadas do território municipal. Esse processo de mudança só se constituiu através do conflito entre os trabalhadores organizados e os latifundiários.

Conflito agrário e luta pela terra em Mari

Em Mari existe um número significativo de famílias de trabalhadores rurais que expropriados da suas terras e meios de trabalho vivem na cidade. A partir da emergência de “novos” movimentos sociais no campo, nas décadas de 1980 e 1990, e da implantação de assentamentos de reforma agrária, muitos são os trabalhadores rurais que na região vêem nesses movimentos uma oportunidade da volta ao campo.

Porém, Mari já foi palco de conflitos de luta pela terra na década de 1960, momento em que trabalhadores rurais, *arrendatários*⁶, *parceiros*⁷, *meeiros*⁸,

⁶ Trabalhadores que trabalhavam em terras alheias pagando uma renda da terra através na maioria das vezes através de dinheiro.

moradores de condição (cambão)⁹ e assalariados submetidos a condições de trabalho desumano impostas pelos grandes coronéis se organizaram para lutar.

Em 1962 esses trabalhadores se organizam no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Mari (STRs-Mari) ligado Igreja católica através do Padre Cônego de Farias. O sindicato teve 44 sócios fundadores que objetivavam lutar por melhores salários e pela conquista das terras expropriadas. O STR surgiu em Mari com o intuito de criar uma instituição que lutasse junto aos órgãos públicos por melhorias para o trabalhador do campo. A sua proposta fundadora era de caráter assistencialista, fornecendo aos sócios auxílio médico, atenção odontológica e oftalmológica. Mas, a principal organização de luta pela terra que mobilizou os trabalhadores rurais do município foram as Ligas Camponesas. A Liga de Mari formou-se por volta de 1963 e logo se tornou um movimento de massa, com grande participação dos trabalhadores rurais. A diferença do STR em relação às Ligas é que estas não esperavam às negociações dos poderes públicos, elas atuavam através das ocupações das terras que não cumpriam a sua função social: alimentar o homem. Dessa forma vários foram os conflitos entres esses trabalhadores, policiais e capangas dos coronéis. Infelizmente foi na cidade de Mari, no ano de 1964, onde ocorreu a maior chacina de luta pela terra no país.

As Ligas organizadas para resistir filiavam centenas de trabalhadores, incentivando-os para lutarem na conquista de uma gleba de terra, para dela extraírem a sobrevivência de suas famílias. Os líderes dos trabalhadores rurais convocavam os operários do campo para se juntarem em mutirões, no preparo do solo e da sementeira dos grãos, ajudando-se uns aos outros na luta pela sobrevivência em meio as dificuldades. Os conflitos violentos aconteciam nos caminhos percorridos por esses trabalhadores pelas fazendas da região, onde eram abordados pelos capatazes que, via de regra, estavam armados. Segundo Coelho (2004):

⁷ Trabalhadores que trabalhavam nas culturas dos grandes agricultores e em troca tinham direito a uma quantidade de hectare para suas plantações voltadas para subsistência.

⁸ Trabalhadores que cultivavam terra alheia, entregando uma parte do que produziam, geralmente a metade, a título de renda da terra, aos proprietários das terras.

⁹ Consistia no sistema de morada, onde o agricultor trabalhava nas fazendas gratuitamente.

Já nos últimos meses de 1963 foram diversas as propriedades e vários “sítios” visitados, aumentando significativamente o número de trabalhadores rurais envolvidos na parceria solidária para preparo de áreas agricultáveis, das quais seria possível se colher uma boa produção. Se aumentava a parceria e crescia a solidariedade entre irmãos, cujo primeiro resultado prático era dobrar a quantidade de hectares plantados, isso incomodava os conservadores e os remetiam a uma união destinada a evitar a proliferação destes mutirões. Havia sempre a iminência dos choques, cujas conseqüências eram sérias (COELHO, 2004, p. 45)

As conquistas das Ligas Camponesas ameaçavam os grandes proprietários de terras, assim, nas imediações da Fazenda Santo Antônio, alguns trabalhadores, representando os companheiros de mutirão, foram barrados pela força de armas. Eram dois os funcionários da fazenda que estavam montados em jumentos, o administrador da fazenda Arlindo Nunes da Silva, que foi desarmado e “enchocalhado” e o capataz da fazenda Severino Carlos, que conseguiu fugir. No entanto a arma que utilizava o administrador da fazenda era de uso restrito às Forças Armadas, quando tal fato chegou ao conhecimento do proprietário da fazenda Renato Ribeiro Coutinho logo foi tomar suas providências.

Segundo relata Coelho (2004) na manhã de 15 de janeiro de 1964, o superintendente da Cia. Usinas Santa Helena, Fernando Cruz Gouveia, fora reaver o revólver que estava nas mãos dos camponeses e presidente das Ligas da cidade, Antonio Galdino da Silva. Depois de devolver o revólver a Gouveia, aconteceu uma das maiores chacinas no país derivada de conflitos por terra. Desde esse acontecimento as Ligas Camponesas no município decaíram, os trabalhadores ficaram apreensivos. Em 1964 as Ligas foram exterminadas com o Governo Militar, e no pós-64 o STR foi extremamente vigiado para não realizar nem um tipo de ação similar.

O presidente atual do STR do município, José Martins, em entrevista realizada em agosto de 2007 esclarece: “mas nós trabalhadores atualmente reconhecemos o trabalho das ligas, pois as ocupações que eles fizeram foram com todo direito, infelizmente durou pouco”. Apesar de não ter atuado em conflitos agrários como as Ligas Camponesas o STR de Mari apoiou todas as lutas realizadas por esses trabalhadores rurais.

Os movimentos de luta pela terra no município foram calados. E o movimento sindical atuou por muito tempo apenas de forma assistencialista. Foi no ano de 2000 que chegou em Mari o MST. Movimento que apresenta a mesma proposta que as Ligas Camponesas, ocupar terras ociosas e improdutivas que não cumprem a sua função social. A fazenda ocupada em 2000 foi a Gendiroba, com aproximadamente 1.000 hectares, em nome de Carlos Ribeiro Coutinho. Hoje a antiga fazenda é o Assentamento Tiradentes, conquista do MST.

Outra grande ocupação do MST no município em uma área também de aproximadamente 1.000 hectares foi a Fazenda Cafundó de propriedade Do Sr. Laureano Casado da Silva, atualmente Assentamento Zumbi dos Palmares, com mais de 80 famílias de trabalhadores rurais.

Agora a luta do MST nesses espaços é a de resistir e produzir, para poder fornecer uma vida digna para aqueles que na vivem e trabalham no e do campo. A luta por uma educação de qualidade nos assentamentos rurais é um desdobramento do processo histórico de superação do domínio do latifúndio iniciado pelas ligas em 1960. Agora a luta é para que a escola do campo não seja apenas uma escola no campo, mas sim que esteja arraigada á sua cultura camponesa e de classe trabalhadora, á sua história de luta, construída e formada por esses protagonistas.

A educação do/no campo e o MST

A insurgência de movimentos sociais e organizações de classe, assim como de comissões combativas da Igreja Católica são evidencias históricas de que o campo brasileiro nem sempre foi silenciado, muito embora a história oficial da formação territorial do Brasil nem sempre tenha evidenciado esse fato. Há, portanto, uma história e um refazer geográfico a serem resgatados e esse exercício se apresenta, tanto para os movimentos quanto para os pesquisadores, professores, trabalhadores e alunos implicados, como um caminho metodológico no processo de ensino – aprendizagem da geografia da luta pela terra e a reforma agrária no país.

Nos últimos 20 anos do século XX as reivindicações e lutas das famílias trabalhadoras sem terra brasileiras repercutiram no mundo todo, projetando

internacionalmente a sua luta, ampliando a sua escala de atuação significativamente. Problemas e contradições históricas do espaço agrário brasileiro transgrediram os limites dos acampamentos e assentamentos dos sem terra, para entrar na pauta de reivindicações do movimento camponês mundial sob a bandeira da Via Campesina. Essa dinâmica social e espacial vivida pelos que no campo moram e trabalham têm construído e configurado “novos” territórios, gerando “novas” territorialidades de reforma agrária, identidades coletivas com uma dimensão territorial clara e, radicalmente, vinculada à história de lutas dos seus protagonistas. A educação e a escola nesses espaços e tempos diferentes não poderiam deixar de ser problematizadas pelos seus protagonistas.

Como resposta às demandas e lutas dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação de qualidade surge em 1998 o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)¹⁰. O programa formula-se como uma política pública de Educação do Campo a ser desenvolvida em áreas de Reforma Agrária. Depois de 10 anos de atuação em todo o território nacional, e na Paraíba especificamente, constata-se o trabalho de um grande número de educadoras e educadores que mobilizam recursos e esforços, se reúnem, debatem, estudam e refazem concepções e práticas educativas em escolas de comunidades camponesas, escolas família-agrícola, escolas dos reassentamentos do Movimento do Atingidos por Barragens (MAB), escolas de assentamentos e de acampamentos do MST e da CPT e escolas de comunidades indígenas e quilombolas (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004).

O conjunto de ações de apoio à educação do campo constitui o Movimento Nacional *Por uma Educação do Campo* o qual visa, com urgência, ouvir e entender a dinâmica social, cultural e educativa dos diferentes grupos que formam os povos do campo no Brasil. O movimento visa reverter o tratamento que a escola no meio rural tem recebido durante longo período, enquanto “resíduo” do sistema educacional brasileiro (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004). A idéia de uma

¹⁰ O PRONERA atua em todos os níveis de ensino, desde a alfabetização ao ensino superior. O programa é uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os governos federal, estadual e municipais, as universidades, assentados, acampados e movimentos sociais, com papéis bem definidos.

Educação do Campo nasce, sobretudo, de um olhar sobre o papel do campo dentro de um projeto de desenvolvimento territorial diferenciado para o país. Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos.

Os ideólogos, seguidores e multiplicadores deste novo paradigma educativo enfatizam tanto nas pesquisas quanto nas políticas educativas, o reconhecimento do protagonismo político, cultural, aliás, educativo dos movimentos sociais do campo. Agora, o desafio colocado para a escola e os educadores é partir do entendimento dos processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem enquanto processos sociais, políticos e culturais, formadores do ser humano e da própria sociedade. E tudo isso “localizado” em uma espacialidade concreta, a rural.

Quanto mais se afirma a especificidade do campo mais se afirma a especificidade da educação e da escola do campo. Mais se torna urgente um pensamento educacional e uma cultura escolar docente que se alimentem dessa dinâmica formadora, onde as dificuldades próprias da educação do e no campo sejam ponderadas para poderem se superadas, questões importantes como a evasão escolar pelo cansaço, pelas exigências da lavoura, pela família, pela baixa auto-estima dos trabalhadores e trabalhadoras, pelas distancias a serem enfrentadas muitas vezes á pé, pela falta de estrutura das salas de aula, entre outras. Porém também, mais se afirma a necessidade de equacionar a função social da educação e da escola em um projeto de inserção do campo no conjunto da sociedade, incorporando progressivamente a educação como um valor entre os trabalhadores rurais, camponeses e assentados.

A consciência de que a terra se conquista com a organização e luta dos trabalhadores levou o MST a vincular a ela o direito à educação para quem luta por e para o desenvolvimento social do campo. Para o Movimento a educação é entendida como o processo de socialização e de transformação a partir da cultura. Caberia, pois a ela a “construção e desconstrução” da identidade dos trabalhadores em geral e, no caso específico, dos trabalhadores pertencentes ao MST. Essa consciência levou a que, quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela

terra, os trabalhadores do MST, também lutassem por escolas dentro dos territórios forjados na sua luta, os acampamentos e os assentamentos rurais. As famílias sem terra mobilizaram-se pelo direito à escola e, especificamente, pela possibilidade de uma escola que fizesse a diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura. Essas famílias tomaram para si, não só a necessidade de construir as escolas nesses espaços, senão também a tarefa de organizar e produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas e formar educadores e educadoras capazes de trabalhar nesta perspectiva.

Com a criação de um Setor de Educação dentro do MST em 1987 esta tarefa foi formalmente assumida. Desde então foi estabelecido pelo MST que todo acampamento e assentamento teriam uma escola, e de preferência que não fosse uma escola qualquer (CALDART, 2004). Mas sim que esse projeto de educação incorporasse à escola uma educação do campo, que é aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadoras e trabalhadores do campo. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural são condições fundamentais em sua implementação.

Para o MST o movimento educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados no movimento da história, que vivem experiências de formação humana próprias do jeito da organização particular da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, cada vez que toma parte das ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade sem-terra, a identidade dos lutadores do povo, está se transformando e se reeducando como ser humano.

Para exemplificarmos uma tentativa de experiência de formação humana através do movimento da história, utilizaremos o caso do Assentamento Zumbi dos Palmares caracterizando sua luta por uma educação diferenciada no campo.

O Assentamento Rural Zumbi dos Palmares: luta, resistência e educação

O conflito por terra que originou o Assentamento Rural Zumbi do Palmares foi liderado pelo MST no ano de 2001. Trabalhadores rurais expropriados de suas terras pelo avanço da cana-de-açúcar na região da Zona da Mata ocuparam a área da antiga Fazenda Cafundó. As terras estavam sob o domínio de um grande proprietário da região que as arrendava a outros fazendeiros para o plantio de pasto para gado. Os pequenos agricultores junto aos os moradores das grandes fazendas se uniram ao MST para lutar pelas terras da quais foram expulsos.

Segundo os depoimentos dos trabalhadores hoje assentados no Zumbi dos Palmares, entrevistados durante a nossa pesquisa de campo, a grande parte das famílias que se uniram no conflito era originária dos municípios de Mari e Sapé, majoritariamente da área rural (OLIVEIRA, 2007). Muitas delas provinham de outros processos de ocupação que não tiveram sucesso e despejadas se uniram na ocupação da Fazenda Cafundó.

A ocupação ocorreu em 04 de outubro de 2001, quando as famílias sem-terra montaram seus barracos e construíram o acampamento. A ocupação das terras da Fazenda Cafundó no município de Mari, para os trabalhadores sem-terra, trazia consigo uma luta pela conquista da libertação da submissão aos grandes proprietários de terras. É ainda o avanço frente a luta pela Reforma Agrária, como fala o coordenador do Assentamento;

[...] éramos trabalhadores lutando pelo um direito que é nosso, garantido pela constituição, mesmo apesar de dizer que ocupar terra pra burguesia é ilegal, mas pra nós a gente acredita que não é porque a gente acredita que o que está na constituição é o direito de se fazer a Reforma Agrária, e os governantes não faz. Então pra nós ocupar terra não é ilegal, pra nós ocupar terra é legal pelo fato de que é uma ferramenta de pressionar o governo de desapropriar essas terras, então é dois pesos e duas medidas.
(OLIVEIRA, 2007, p. 74)

No processo de ocupação participaram 82 famílias. Muitos pais traziam as suas crianças, devido à falta de ter com quem deixar, correndo vários riscos, como atravessar rios e travessias por matas fechadas no escuro da noite. Essas famílias ainda sofreram dois despejos. Por vezes, participaram as forças policiais, na falta os capangas dos coronéis eram enviados para a retirada das famílias de forma violenta.

Devido à preocupação com o grande número de crianças as famílias, logo após montarem seus barracos, se organizaram para dar início ao processo de alfabetização. Com esse intuito construíram um barracão maior que albergasse todos os *sem terras* acampados. Os próprios militantes com maiores habilidades e competências, por terem cursado até quinta ou sexta série, começaram as aulas de alfabetização. Após um ano de acampamento saiu a primeira emissão da posse das terras em 2002, mas o antigo proprietário da Fazenda entrou com um recurso na justiça e conseguiu novamente o título de propriedade. Em 2004, após quatro anos acampadas, as famílias do MST conseguiram definitivamente a posse. O assentamento rural constituído a partir desse momento recebeu o nome de Zumbi dos Palmares em homenagem a Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares construído na Serra da Barriga entre os estados de Pernambuco e Alagoas, que lutou pela libertação da escravidão dos negros no Brasil em 1690.

Das 82 famílias que iniciaram o processo de luta pela terra na fazenda hoje 78 encontram-se assentadas (OLIVEIRA, 2007). A divisão dos lotes foi realizada inicialmente com o auxílio do técnico do MST e respondeu ao modelo da *agrovila*¹¹. A área total desapropriada foi parcelada em lotes de apenas 1 hectare destinados para que cada família construísse a casa e o quintal, onde plantar árvores frutíferas, preparar a horta e criar aves e porcos, para o consumo familiar. Destinou-se 20% da área à preservação dos recursos naturais constituindo a reserva legal do assentamento. Coletivamente as famílias decidiram destinar a área de mananciais existentes no assentamento de 30 hectares, à reserva ambiental.

Como foi destacado e pudemos constatar na nossa pesquisa (OLIVEIRA, 2007) a maioria das famílias assentadas são oriundas do campo. A ocupação principal do assentamento, ou por muitas vezes única, é o cultivo da terra, a agricultura. Ele é a terra conquistada onde viver e trabalhar. Poucos são os trabalhadores que saem do assentamento para enfrentar o mercado de trabalho na cidade realizando trabalhos temporários como “bicos”, também no interior do assentamento, raramente recorre-se ao trabalho assalariado.

¹¹ A forma de *agrovila* que o INCRA mais incentiva é a em que a casa do assentado fica localizada numa vila afastada de sua parcela, do lote individual. Este tipo de organização é a mais viável para eles por facilitar e baratear a implementação do fornecimento de água e energia (SOUZA, s/d).

Das 67 famílias entrevistadas na nossa amostra, 52% delas produzem para subsistência. Tendo em vista que apenas contam com 01 hectare de terra para cultivar, produzir culturas para a sua comercialização se torna muito difícil. O processo de parcelamento ainda não está concluído, e disso decorre a difícil situação na que se encontram muitas das famílias. No entanto, 48% delas cultivam exclusivamente a mandioca para comercialização, cultura predominante de toda a região. O cultivo realiza-se na área destinada à construção da casa e o quintal, tomando o espaço destinado ao cultivo de produtos para a alimentação da família e a sua subsistência. Esta prática leva a que os assentados tenham que adquirir alimentos básicos na cidade. Mesmo assim, a colheita da mandioca só ocorre de ano em ano, desta forma são muito raras as relações comerciais existentes entre os assentados.

Das famílias entrevistadas 73%, se declararam militantes, mas muitos assentados e assentadas entendem a militância apenas como participação em assembléias e passeatas. Contudo, ainda que várias famílias se mostraram insatisfeitas com a atuação do MST no assentamento, muitas delas foram se unindo ao Movimento durante o processo de territorialização do mesmo na região, em forma de ocupações, acampamentos e assentamentos. Esse como medida de garantir a resistência na luta de muitas famílias sem terra, cedeu lotes de terra, em geral nas áreas comunitárias, nos assentamentos já legitimados pelo INCRA. Esse é o caso do Zumbi dos Palmares onde se localiza o Acampamento Pequena Vanessa. Esta forma de ocupação responde á Medida Provisória que impede a vistoria e a desapropriação de propriedades rurais ocupadas, se apóiam nessa iniciativa para permanecerem na luta. Pequena Vanessa em 2007 estava formado por 27 famílias. Estas iniciaram à sua luta quase ao mesmo tempo em que as famílias hoje assentadas no Zumbi dos Palmares, há cinco anos. O acampamento em 2008 se diluiu de forma quase que integral, muitas famílias se aderiram a outras ocupações e outras foram assentadas em outros projetos de Reforma Agrária. Os sem terrinhas do Pequena Vanessa participaram durante o seu tempo de acampamento da Escola Zumbi dos Palmares junto as crianças assentadas do MST.

Educação em Movimento no Assentamento Rural Zumbi dos Palmares

O processo educativo no Assentamento Zumbi dos Palmares, podemos afirmar que, está em movimento desde o momento do seu acampamento em 2001, quando se criou o “barracão” que daria lugar á escola. O prédio que foi reformado em 2005 que alberga a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zumbi dos Palmares é o antigo galpão da casa da farinha da antiga Fazenda. Na escola o MST trabalha no intuito de desenvolver uma política pedagógica diferenciada das escolas da cidade. Os fundamentos para essa forma de entender a escola do campo partem da *pedagogia da terra* gestada no próprio Movimento e desenvolvida pelo Setor de educação.

A escola do assentamento é gerida e financiada pelo município. O MST concorda com o dever do estado de ser apenas ele o financiador, porém defende a idéia de que o projeto pedagógico seja elaborado pela comunidade na qual a escola se insere. Por enquanto a escola não tem esta autonomia. Ela segue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) ao tempo que insere atividades e práticas que constroem na criança um sentimento diferenciado com o lugar no que estão e o seu histórico territorial através, por exemplo, da comemoração de datas significativas para a comunidade por se tratarem de conquistas na sua luta.

Atualmente a escola funciona de forma muito precária com poucos materiais didáticos comportando um número muito baixo de alunos matriculados o que dificulta ainda mais a sua permanência. Desde o seu reconhecimento pelo MEC em 2004 a escola pôde contar com as famílias assentadas e com toda a organização do MST. No ano de 2007, momento de coleta de dados da presente pesquisa, a escola funcionava com turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental e atendia crianças de 4 á 15 anos. Através de salas multisseriadas lecionava-se para as 35 crianças matriculadas. Apenas 52% das crianças assentadas na faixa etária de 4 à 15 anos encontravam-se matriculadas na escola do assentamento, as demais crianças eram matriculadas nas escolas da cidade. Muitas foram as justificativas utilizadas pelos pais por não matricularem seus filhos na escola do assentamento, tais como: a falta de segurança na ida, permanência e

vinda das crianças; os desencontros com a direção da escola; a percepção de que os professores da cidade são mais preparados que os do assentamento; e a proximidade de uma escola maior e melhor equipada na cidade. Ainda 10 dessas 35 crianças matriculadas eram crianças acampadas de Pequena Vanessa.

O quadro de professores estava formado por três educadoras, apenas uma delas era assentada no Zumbi, as demais residiam na zona rural do município. Professora e filhas de agricultores declararam, durante as nossas entrevistas, entender o modo de vida dos seus alunos enquanto filhos de agricultores, porém desconhecem a luta do MST e nunca ouviram falar do *Movimento por uma Educação do Campo*. As professoras se formaram no “Curso Normal” que ainda existe na cidade de Mari. O MST e através das lideranças presentes e atuantes na escola, nas funções de direção e secretaria, mostra-se preocupado com a falta de preparação dos professores do próprio assentamento e as condições físicas de funcionamento da escola. Não obstante, a preocupação que o MST tem poucas famílias assentadas que se sentem engajadas com o Movimento para contribuir com a participação dessa mobilização ou, mesmo, com a contribuição de alguma forma no funcionamento da escola; e ainda menos aquelas que se preocupam se aquela escola está preparando suas crianças para ter consciência política como ser sem-terra.

Desta forma quanto mais se afastam os pais e filhos dessa preocupação com uma escola para si, como existia no acampamento, mais ainda se afastam do entendimento da processualidade social que anima a luta, da sua mística e do seu objetivo principal da luta pela Reforma Agrária.

Considerações finais

A Escola Zumbi dos Palmares é resultado de um processo de luta em andamento, agora não mais da construção de um espaço físico que possibilitasse a criação da escola “do” assentamento, mas sim de um projeto de construção de uma escola do campo. Nesse projeto o desafio é construir uma escola que comporte suas necessidades. Percebemos que a Escola Zumbi dos Palmares enfrenta grandes

dificuldades, desde as mais básicas como a falta de energia e água, por exemplo, como as carências de material escolar, cadeiras e mesas apropriadas, livros etc. Isso nos leva a refletir sobre quais são os caminhos que nos possibilitem construir uma escola diferenciada para o campo se são essas as condições de muitas das escolas das áreas de assentamento? O projeto político pedagógico só pode ser exitoso se existem condições materiais para que alunos, professores e famílias assentadas sejam reconhecidas e valorizadas como sujeitos de direitos, entre eles a educação. O fato dos professores desconhecem a história e trajetória das famílias que constituem esses territórios, faz com que a luta como momento educativo se perca. O fato de desconhecem também as relações de poder e os conflitos por terra que construíram essa geografia no espaço agrário na região faz com que o espaço aonde se ensina e apreende, perca a sua dimensão política, por tanto se construa uma educação alienada.

O que conseguimos entender a partir da nossa pesquisa junto ao MST e a Escola é que existe a necessidade e o esforço para a construção de um valor dentro da comunidade, o valor da educação para o homem e mulher do campo, e isso passa pela luta por uma Escola digna. A diretoria e secretaria da escola defendem a construção de um Plano Político Pedagógico (PPP) próprio, que comporte a cultura dessas crianças, que não só são crianças do campo, elas ainda são assentadas, e são sem-terrinha. Essa luta busca nas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo sua principal fundamentação. A direção a escola ainda reivindica à prefeitura professores do próprio assentamento.

A educação, ou ainda, a escola é de grande importância no processo de territorialização da luta pela terra, território aqui entendido como espaço político, campo de ação e de poder. É na escola onde se complementa o processo de formação humana, onde se tomam para si os nossos ideais, os quais vão sendo aprimorados no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, até chegar o momento da “*praxis*” do ato educativo, onde o *ser* passa a se colocar diante da sociedade e questioná-la.

Qual seria o papel da Geografia e, especificamente do ensino de geografia, nesse processo de construção de uma escola do campo? A geografia tem

as ferramentas metodológicas para analisar os processos que geram os diferentes territórios e as territorialidades implicadas, a linguagem própria para desvendar as dinâmicas espaciais em curso. O primeiro passo para a construção de uma geografia ao serviço da educação do/no campo que contribua no entendimento da emancipação humana como princípio educativo é questionarmos sobre o estado da arte, ou melhor dito, o mapa da arte da educação em áreas de reforma agrária em nossos estados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. O Movimento dos Sem Terra e sua significação. **MERCATOR**: Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo** – Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A relação campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, Nº 21 (p. 25-38) São Paulo, 2003.
- VENDRAMINI, Célia Regina; FIOD, Edna Maciel; CONDE, Soraya Franzoni. **Retratos do MST**: Ligas Camponesas e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Florianópolis: Cidade Futura, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer Nº: 36/2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**, DF de 04/12/2001.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- COELHO, Nelson. **A tragédia de Mari**. João Pessoa: Idéia, 2004.
- DOMBEK, Luiz Antonio. **Segurança alimentar e autoconsumo em Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema**. Campinas, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999). 1999. Tese. (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, Nº15, (p.59-85), São Paulo, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FRANCO GARCÍA, Maria. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) –

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. Ed. São Paulo: edições Loyola, 1997.

GUERRA, **Dicionário geológico-geomorfológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A produção a ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal de Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo.

MENEZES NETO, Antonio Júlio. **Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MEDEIROS, Leonilde de Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo** – Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MST. **Como fazemos escolas de educação fundamental**. Caderno de Educação nº 9. São Paulo: Setor de Educação, 1999.

MST. **Dossiê MST escola: documentos e estudos 1990-2001**. Caderno de Educação nº 13. São Paulo: Edição Especial, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados** (pp. 185-206) vol. 15, nº 43, 2001.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **Geografia do MST na Paraíba: a luta por uma educação do/no campo no processo de territorialização do Assentamento Zumbi dos Palmares**. 2007. 111f Monografia (Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das cercas: um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Ideia, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: vol.1, 2 e 3**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

Recebido para publicação em maio de 2008

Aceito para publicação em julho de 2008